Notícias do dia 15 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Governo cancela seleção de OSs de quatro hospitais 3

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego já com pedidos de vistas 5

Governo cancela seleção de OSs de quatro hospitais

O governo de Goiás decidiu cancelar processos de seleção de organizações sociais (OSs) para gestão de quatro hospitais estaduais, que estavam em andamento há 11 meses e parados desde dezembro sem justificativa clara. A Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) alegou necessidade de adequações em itens dos contratos de cada unidade de saúde.

Já os participantes do processo seletivo anterior reclamam, nos bastidores, que não há justificativa para o cancelamento e que o governo demonstra "querer escolher as entidades". Também citam especulações de que a administração pretende promover mudanças no formato da concorrência.

Além disso, cobram explicações sobre o fato de o processo de chamamento do Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad), também lançado em maio do ano passado, ter sido o único a ser levado adiante pelo Estado. Em janeiro, foi assinado contrato com a Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (Agir), que já comanda outras seis unidades.

Os cancelamentos são dos processos do Hospital de Urgência de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo); o Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada (Heapa); o Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás (Herso); e o Hospital Estadual da Mulher (HEMU).

Suplemento do Diário Oficial do Estado (DOE) trouxe na quinta-feira (13) avisos de intenção de anulação dos chamamentos. Há prazo de cinco dias úteis para contestações dos participantes da seleção anterior. Os novos processos sairão após este prazo e os valores não mudam, segundo a SES-GO.

Em nota, a secretaria informou que obteve parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado, "tendo em vista os objetivos de corrigir algumas impropriedades técnicas dos editais, a necessidade de aprimoramento dos instrumentos contratuais, bem como a necessidade de adequação dos anexos para que sejam fidedignos ao perfil das unidades assistenciais, impactando assim, diretamente, os serviços a serem executados pelos hospitais".

O secretário estadual de Saúde, Sérgio Vendo, nega que os editais tenham sido cancelados por interesse da gestão em contratar outras entidades. "Paramos porque entendemos que os editais estavam inadequados para os hospitais. Eram Control c + Control v (referência a copiar e colar no computador). sem interessar a característica do hospital. Era muito padronizado para todas as unidades", afirma o secretário. "Readequamos linha a linha para a característica da unidade", completa.

Como exemplo, ele afirma que, no edital do Hugo, havia inclusão de cirurgias eletivas, que não são realizadas pela unidade. Segundo o secretário, houve adaptação ao perfil de cada hospital, considerando média de consultas, as especialidades e a quantidade e porte de cada procedimento.

Sobre o contrato do Hecad, a SES-GO afirmou que não havia questões técnicas a serem revistas no edital. "Por ser uma unidade nova, os aspectos técnicos estavam bem acertados e especificados com relação ao perfil do hospital", diz. alegando ainda que o processo de chamamento da unidade estava em "fase bastante adiantada, de modo que a análise da SES foi de que era melhor prosseguir".

"Além disso, a unidade se insere no contexto de uma crise que atinge o atendimento de pediatria na rede assistência! dos municípios, especialmente Goiânia", completou. Questionada sobre o fato de o Hemu também ser uma nova unidade, a secretaria não deu resposta.

O médico Paulo Roberto Cunha Vencio, irmão do secretário, é dos quadros da Agir no Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), em Goiânia.

Representantes de duas OSs que participaram dos processos de seleção afirmaram ao POPULAR, pedindo que não fossem identificados, que vão contestar judicialmente a decisão do governo goiano.

O POPULAR mostrou no mês passado que, enquanto o edital para gestão do Hugo estava parado desde dezembro, o governo tentou fazer um contrato emergencial, mas acabou selecionando uma OS (Instituto Sócrates Guanaes) que tinha impedimento legal para assumir.

Em 16 de março, o governo informou que cancelaria o

contrato emergencial e seguiria com a OS anterior (Instituto CEM), também com questionamentos sobre irregularidades, enquanto daria agilidade à retomada do edital de contratação definitiva. No entanto, já se estudava internamente o cancelamento.

Vencio assumiu a titularidade da SES-GO em novembro do ano passado. O POPULAR mostrou que. em discurso na última terça-feira (11), durante visita ao Hospital Estadual Alberto Rassi (HGG), ele afirmou que haveria "muitas novidades nos próximos meses" e que "quem não se adequar, vai sair" (em referências às OSs).

DESVIOS Ele afirmou que houve economia de R$ 100 milhões na pasta este ano, com medidas para evitar desvios, e que a secretaria vai "endurecera fiscalização". "Para vocês terem uma ideia, de janeiro até final de março, já economizamos quase 100 milhões de reais na secretaria só de não haver desvio de dinheiro público, só fazendo glosa para quem não trabalha. E não estou falando só de OSs (organizações sociais, que são responsáveis pela gestão dos hospitais estaduais), mas de parcerias com municípios que também não entregavam, que recebiam dinheiro e não forneciam nenhum serviço ao paciente", afirmou.

Vencio sucedeu Sandro Batista, que estava na pasta desde abril de 2022 e havia sido indicado pelo antecessor, Ismael Alexandrino, eleito deputado federal pelo PSD. Na ocasião da troca, o governo também substituiu o superintendente do Complexo Regulador Lucas Taveira e bateu o martelo pela transferência da gestão do sistema para o governo. Ismael foi alvo de operação da Polícia Civil que investiga fraudes em contratação de OS no Estado. O irmão dele Daniel Alexandrino foi preso na ocasião.

O secretário afirmou que criará novo sistema para monitoramento da destinação dos recursos da SES-GO, que também será compartilhado com o Ministério Público e o **Tribunal de Contas do Estado**. "Estamos reorganizando todos os setores. O setor de controle interno de forma revolucionária. O setor de planejamento, que não existia mais na SES. Trouxemos a regulação pra gestão direta. E a auditoria de eficiência tem um só motivo: nós estamos aqui há uma hora, e nesta hora o governo de Goiás já gastou 500 mil reais na saúde. É muito dinheiro e tudo que tem muito dinheiro também tem muita gente mal-intencionada", disse.

O secretário destacou avanços com a gestão de OSs. como maior facilidade de compras e contratações, mas afirmou que existem "péssimos hospitais" na rede estadual e que é preciso maior vigilância. "Nós temos bons hospitais, assim como temos péssimos na nossa rede. Mas nós vamos arrumar isso. Precisamos endurecer na fiscalização, no monitoramento."

Sérgio Vencio, secretário de Saúde: apenas processo do Hecad foi mantido

"Nós temos bons hospitais, assim como temos péssimos na nossa rede. Mas nós vamos arrumar isso. Precisamos endurecer na fiscalização, no monitoramento" Sérvio Vencio, secretário estadual de Saúde

Site: https://opopular.com.br/digital/15-abril-2023/1o-caderno

Projeto de lei que altera natureza jurídica do Ipasgo chega à Alego já com pedidos de vistas

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) recebeu na tarde da última quinta-feira, 13, projeto de lei, de autoria do governador Ronaldo Caiado (União Brasil), que muda a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Polêmico, o texto começou a ser apreciado imediatamente durante a reunião híbrida na Comissão Mista, mas recebeu pedidos de vistas dos deputados estaduais Antônio Gomide (PT), Coronel Adailton (Solidariedade), Delegado Eduardo Prado (PL), Fred Rodrigues (Democracia Cristã) e Mauro Rubem (PT).

O texto, protocolado no Legislativo com n° 517/23, visa, segundo o governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigida pelo **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO).

Segundo o líder do Governo, Wilde Cambão (PSD), após reuniões dos deputados com o Ipasgo e a gestão estadual, ficou acordado que alguns pontos seriam inseridos antes mesmo que o texto chegasse à Casa. "Foram mudanças para aquilo que é bom, para colocar de forma explícita no texto o que já estava garantido", argumentou.

Em seu discurso durante o Pequeno Expediente, o deputado Mauro Rubem afirmou que a alteração significa privatização, pois, caso aprovado o projeto atual, o instituto deixa de ser uma autarquia pública e se tornará de direito privado.

Mauro Rubem cobrou a ampliação do debate sobre o tema junto à Governadoria.

"O governo está mexendo em um instituto de 61 anos, colocando regras de mercado, que certamente a maioria dos 600 mil segurados não tem condições de pagar", enfatizou.

De acordo com a minuta, com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

No Serviço Social Autônomo (SSA), conforme o projeto, o governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia.

Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

O governo alega que a alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). A Corte de Contas imputou prazo ao instituto, até dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde.

Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal

causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

O governador Ronaldo Caiado lembra, no entanto, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública.

A exceção seria se a Corte de Contas consentisse.

Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o governo de **Goiás** aderiu em 2021.

Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federaisDeputados apreciam matéria apresentada pelo governo de **Goiás**

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no3281/